



**Processo n.º:** 32.640/2016-e.

**Origem:** Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SE/DF.

**Assunto:** Licitação.

**Ementa:** Pregão Eletrônico SRP n.º 14/2016-SE, relativo a Registro de Preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manipulação de alimentos e preparo de refeições para atender ao Programa de Alimentação Escolar do Distrito Federal – PAE-DF. Processo Administrativo n.º 080.001.307/2016. **Valor estimado: R\$ 129.167.203,20**, para 4 lotes, no período de 12 meses. Data de abertura do certame: 07.11.2016, às 10h30. Representação protocolizada pela empresa Confiança Administrações e Serviços Eireli, com pedido de medida cautelar. Despacho Singular n.º 528/2016-GCIM, com fulcro no art. 113, § 2º, da Lei n.º 8.666/1993 c/c o art. 198 do RI/TCDF, determinando que a SE/DF promova alterações no edital para saneamento da falha identificada, observando a necessidade de republicação do instrumento convocatório na forma do art. 21, § 4º, da Lei n.º 8.666/1993, devendo a jurisdicionada encaminhar ao Tribunal a documentação comprobatória das providências implementadas no prazo de 5 (cinco) dias, conhecimento da representação formulada pela licitante, denegando a medida liminar requerida e determinando à SE/DF que no prazo de 5 (cinco) dias apresente os esclarecimentos acerca dos fatos representados, ciência da deliberação monocrática à representante e retorno dos autos à Seacomp/TCDF. Decisão n.º 5.636/2016: Ratificação da deliberação monocrática. Ingresso de representação formulada por licitante, com pedido de cautelar, para suspensão do certame em face de supostas impropriedades nos condicionantes para habilitação. Decisão n.º 5.786/2016: Tomou conhecimento da representação protocolada pela empresa G&E Serviços Terceirizados Ltda.; considerou atendidas as diligências insertas no Despacho Singular n.º 528/2016-GCIM e, no mérito, improcedente a representação formulada pela sociedade empresária Confiança Administrações e Serviços Eireli; concedeu medida cautelar no sentido de determinar à SE/DF que suspenda o certame, tendo em conta os fatos suscitados na exordial apresentada pela empresa G&E, bem com que se manifeste quanto ao teor da aludida representação; deu ciência da decisão às representantes; e autorizou o envio de cópia de peças dos autos à SE/DF, para subsidiar o cumprimento da aludida diligência, e o retorno dos autos à Seacomp/TCDF, para exame de mérito da exordial. Manifestação da jurisdicionada. **Nesta fase:** Exame de mérito da Representação formulada pela empresa G&E Serviços Terceirizados Ltda., em cotejo com os esclarecimentos prestados pela SE/DF. Unidade instrutiva propõe: tomar conhecimento da documentação apresentada pela SE/DF; considerar cumprida a Decisão n.º 5.786/2016 e, no mérito, parcialmente procedente a Representação apresentada pela empresa G&E Serviços Terceirizados Ltda.; e autorizar a continuidade do Pregão Eletrônico por SRP n.º 14/2016-SE, a ciência da decisão que vier a ser adotada à SE/DF e o retorno dos autos à Seacomp/TCDF, para fins de arquivamento, sem prejuízo de averiguações futuras. Fato superveniente: Pedido de sustentação oral pleiteado pela empresa G&E Serviços Terceirizados Ltda. Despacho Singular n.º 589/16 – GCIM: Indeferimento do pleito, com fundamento no

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

art. 136, § 7º, do RI/TCDF. Parecer do MPJTCDF convergente com a instrução, com ressalva quanto à exigência de comprovação de 3 (três) anos de experiência. Voto do Relator parcialmente convergente com a Seacomp/TCDF e o *Parquet* especial, com os seguintes ajustes e acréscimos: determinar à SE/DF que inclua cláusula editalícia exigindo a apresentação de declaração de que o licitante instalará escritório em Brasília/DF, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da vigência do contrato, com fulcro no art. 19, § 5º, inciso II, da Instrução Normativa n.º 02/2008 – SLTI/MPOG, recepcionada pelo Decreto Distrital n.º 36.063/2014, devendo dar continuidade ao certame, no prazo de 10 (dez) dias, observando-se o disposto no art. 21, § 4º, da Lei n.º 8.666/1993; considerar, no mérito, procedente a Representação formulada pela empresa G&E Serviços Terceirizados Ltda.; dar ciência da decisão que vier a ser proferida às empresas representantes; e autorizar o envio de cópia de peças dos autos à SE/DF, para auxiliar no cumprimento das diligências, e o retorno dos autos à unidade instrutiva, para os devidos fins. Decisão n.º 6.387/2016: adiado o julgamento da matéria em razão do pedido de vista formulado pelo n. Conselheiro Márcio Michel. Fato superveniente: ingresso no Gabinete do Relator dos autos de documento protocolado pela empresa G&E Serviços Terceirizados Ltda., a título de elementos adicionais, com pedido de medida cautelar. Retorno dos autos ao Gabinete do Relator para juntada da documentação ao feito. **VOTO** pelo conhecimento da documentação, considerando insubsistentes os argumentos apresentados pela Representante; ter por prejudicado o pedido de medida acautelatória, tendo em vista que o certame já se encontra suspenso por força do item IV da Decisão n.º 5.786/2016; autorizar o retorno do feito ao Gabinete do i. Revisor, Conselheiro Márcio Michel, para os fins escoimados na Decisão n.º 6.387/2016.

### **RELATÓRIO**

Cuidam os autos do exame do edital do Pregão Eletrônico n.º 14/2016-SE, relativo a **Registro de Preços** para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manipulação de alimentos e preparo de refeições para atender ao Programa de Alimentação Escolar do Distrito Federal – PAE-DF, referente ao Processo GDF n.º 080.001.307/2016 (e-DOC 1E609345-e).

O aviso de licitação foi publicado no DODF do dia 21.10.2016. O valor estimado do objeto é **R\$ 129.167.203,20**, para 4 lotes, no período de 12 meses, e a **data de abertura** do certame estava marcada para o dia **07.11.2016**, às 10h30.

Em 03.11.2016, ingressou nesta Corte de Contas representação protocolizada pela empresa Confiança Administrações e Serviços Eireli (e-DOC 5D083947-c), requerendo: “i) liminarmente, a suspensão do certame em epígrafe até o julgamento da presente Representação; ii) que a representação seja julgada procedente para cancelar o certame, a fim de que sejam feitas as alterações e adequações necessárias visando, não só a participação da Representante, mas também o maior número de participantes, com o fim de obter a proposta mais vantajosa para a Administração Pública” (g.n.).



Por intermédio do **Despacho Singular n.º 528/16 – GCIM** (e-DOC 4823CFD8-e), de 03.11.2016, determinou-se, cautelarmente, por:

“I. conhecer:

a) o edital do Pregão Eletrônico SRP n.º 14/2016-SE, deflagrado pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal relativo a Registro de Preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manipulação de alimentos e preparo de refeições para atender ao Programa de Alimentação Escolar do Distrito Federal – PAE-DF, referente ao Processo GDF n.º 080.001.307/2016 (e-DOC 1E609345-e);

b) a Informação n.º 278/2016-4ª Diacomp (e-DOC 082CF5E5-e);

c) os demais documentos juntados aos autos;

d) a Representação com pedido liminar protocolizada nesta Corte em 03.11.2016 pela sociedade empresária Confiança Administrações e Serviços Eireli (e-DOC 5D083947-c)

II. denegar a medida liminar requerida na representação formulada pela empresa Confiança Administrações e Serviços Eireli, ante a ausência simultânea dos requisitos necessários para a sua prolação, sem prejuízo de esclarecer à representante subscritora da exordial que o PE n.º 14/2016-SE, deverá observar as diligências exaradas nesta deliberação monocrática para seu prosseguimento, com a consequente republicação do instrumento convocatório nos termos do art. 21, § 4º, da Lei n.º 8.666/1993

III. determinar à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SE/DF que promova a alteração da redação da alínea ‘f’ do item 11.1.3 do edital do Pregão Eletrônico SRP n.º 14/2016-SE, de modo a passar a exigir comprovação de vínculo de responsável técnico legalmente habilitado junto à empresa licitante somente quando da assinatura do contrato, podendo o vínculo ser demonstrado mediante contrato de prestação de serviços, sem vínculo trabalhista, regido pela legislação civil comum, conforme jurisprudência pacífica desta Corte, adotando, na sequência, o rito estabelecido no art. 21, § 4º, da Lei n.º 8.666/93, devendo a jurisdicionada enviar a documentação comprobatória ao Tribunal quanto às providências implementadas no prazo de 5 (cinco) dias;

IV. abrir prazo de de 5 (cinco) dias à SE/DF, com espeque no art. 195, § 6º do RI/TCDF, para que apresente os esclarecimentos acerca dos fatos narrados na representação formulada pela empresa Confiança Administrações e Serviços Eireli em relação à exigências insertas no instrumento convocatório;

V. autorizar:

a) o envio de cópia da Informação 278/2016-4ª Diacomp, da Representação formulada pela empresa Confiança



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

*Administrações e Serviços Eireli e desta deliberação monocrática à SE/DF para subsidiar o atendimento das diligências insertas nos itens III e IV;*

*b) a ciência desta deliberação monocrática à empresa representante;*

*c) o retorno dos autos à Seacomp/TCDF, para os devidos fins”*

Mediante a **Decisão n.º 5.636/2016** (e-DOC 150DDCA7-e), de 08.11.2016, o Plenário desta Casa ratificou a supracitada deliberação monocrática.

Em atenção ao disposto no Despacho Singular n.º 528/2016-GCIM, a SE/DF remeteu a esta Corte os Ofícios n.ºs 2.162/2016-GAB/SE e 2241/2016-GAB/SE (e-DOC 4496D631-c e 9C5BD5E4-c), e anexos de e-DOC F66C4DEA-e.

Posteriormente, em 11.11.2016, ingressou nesta Corte de Contas representação protocolizada pela empresa G&E Serviços Terceirizados Ltda. (e-DOC FCACA1E5-c), requerendo:

*“a) seja **DEFERIDA MEDIDA CAUTELAR** no sentido de determinar a. Secretaria de Educação do Distrito Federal - SE/DF que se abstenha de dar continuidade ao Pregão Eletrônico SRP no 14/2016, com abertura prevista para o próximo dia 18/11/2016 (sexta-feira), até que o Tribunal delibere acerca das exigências habilitatórias discutidas nesta Representação; e*

*b) no mérito, determine a Secretaria que reformule o edital com vistas a contemplar as exigências de habilitação e as previstas na legislação em vigor para a licitação que ora realizada, na forma requerida nesta peça processual.” (grifos do original)*

Na Sessão Ordinária n.º 4.913, de 17.11.2016, o TCDF prolatou a **Decisão n.º 5.786/2016** (e-DOC F7B7BC2B-e), com o seguinte teor:

*“I) tomar conhecimento: a) dos Ofícios nos 2.162/2016-GAB/SE e 2241/2016- GAB/SE (e-DOC 4496D631-c e 9C5BD5E4-c), e anexos de e-DOC F66C4DEA-e, encaminhados pela Secretaria de Estado de Educação – SE/DF, em atenção ao Despacho Singular n.º 528/2016-GCIM, ratificado pela Decisão n.º 5.636/2016; b) da representação formulada pela empresa G&E Serviços Terceirizados Ltda., com pedido liminar (e-DOC FCACA1E5-c); c) da Informação n.º 287/2016-4ª Diacom (e-DOC E4B57856-e); II) considerar: a) atendidas as diligências insertas nos itens III e IV do Despacho Singular n.º 528/2016- GCIM, ratificado pela Decisão n.º 5.636/2016; b) no mérito, improcedente, a representação formulada pela sociedade empresária Confiança Administrações e Serviços Eireli (e-DOC 5D083947-c); III) conceder a medida cautelar requerida na representação a que alude o item I-b, ante a presença simultânea dos pressupostos necessários à sua concessão; IV) determinar à SE/DF que: a) nos termos do art. 198 do RI/TCDF, c/c 113, § 2º da Lei n.º 8.666/93 do RI/TCDF, suspenda o Pregão Eletrônico SRP n.º 14/2016-SE, objetivando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manipulação de alimentos e preparo de refeições para*





atender ao Programa de Alimentação Escolar do Distrito Federal – PAE-DF, tendo em conta os fatos suscitados na exordial (e-DOC FCACA1E5-c), em especial quanto a ausência de previsão no instrumento convocatório da exigência de comprovação de execução de serviços por período não inferior a 3 anos a que alude a IN n.º 02/2008-SLT/MPOG; b) no prazo de 3 (três) dias, com espeque no art. 195, § 6º do RI/TCDF, que se manifeste quanto ao teor da representação formulada pela empresa G&E Serviços Terceirizados Ltda.; V) dar ciência desta decisão às empresas Confiança Administrações e Serviços Eireli e G&E Serviços Terceirizados Ltda., informando-lhes que as futuras tramitações dos autos em apreço poderão ser acompanhadas mediante cadastramento no sistema TCDFe-Push ([www.tc.df.gov.br](http://www.tc.df.gov.br) – Espaço do Cidadão); VI) autorizar: a) o envio de cópia da representação de e-DOC FCACA1E5-c, do Relatório/Voto do Relator e desta decisão à SE/DF, para subsidiar o cumprimento da diligência inserta no item IV; b) o retorno dos autos à Seacomp/TCDF, para análise de mérito da representação formulada pela empresa G&E Serviços Terceirizados Ltda., em cotejo com as informações que venham a ser remetidas pela SE/DF, com a urgência que o caso requer.” (grifos acrescidos)

No dia 22.11.2016, o pregoeiro responsável pelo certame, Sr. Josemar Salviano da Silva, encaminhou, mediante o Ofício n.º 24/2016-Pregão/SEDF, suas considerações acerca da matéria (e-DOC BE65A61A-c), bem como a minuta do edital revisado do Pregão Eletrônico SRP n.º 14/2016 (e-DOC D9C7B08B-e), em atendimento ao disposto no item IV da Decisão n.º 5.786/2016.

Em 05.12.2016, a empresa G&E Serviços Terceirizados Ltda., por meio do expediente constante do e-DOC 9617AC74-c, requereu oportunidade para realizar sustentação oral quando do julgamento de mérito da Representação ofertada pela peticionante. O aludido pedido foi indeferido, mediante o **Despacho Singular n.º 589/16 – GCIM** (e-DOC 7ADEE8D3-e), de 06.12.2016,

“nos termos do caput do art. 123 do RI/TCDF, (...) *por inobservar as normas de regência a que alude o art. 136, § 7º, do RI/TCDF, dando-se ciência do teor desta deliberação monocrática ao requerente e determinando, após a devida comunicação ao interessado, que os autos regressem ao gabinete para apreciação das sugestões formuladas pelo corpo instrutivo na peça eletrônica 50 (e-DOC D1EA556A-e).*” (sublinhei)

No dia 06.12.2016, o titular da SE/DF, Sr. Júlio Gregório Filho, encaminhou suas ponderações acerca das diligências constantes do item IV da Decisão n.º 5.786/2016, por meio do Ofício n.º 2368/2016-GAB/SE e documentos anexos (e-DOC A9245C4B-c), assim como disponibilizou CD-ROM, cujos arquivos foram convertidos em PDF e juntados aos autos na forma do e-DOC 0F42ACED-e.

#### MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE INSTRUTIVA

A unidade instrutiva, por meio da Informação n.º 304/2016 (e-DOC D1EA556A-e), após contextualizar o feito, examinou o mérito da Representação



formulada pela empresa G&E Serviços Terceirizados Ltda., em cotejo com os esclarecimentos prestados pela SE/DF, nestes termos:

*“4. Informou, preliminarmente, a SE/DF, que os mesmos questionamentos apresentados ao Tribunal pela empresa G&E Serviços Terceirizados Ltda foram elucidados pela Secretaria em resposta à impugnação ao Edital apresentada pela empresa em 17/11/2016.*

*5. No tocante aos aspectos ligados à qualificação econômico financeira dos licitantes, primeiro tópico da contestação (1 - capital circulante líquido ou capital de giro de, no mínimo, 16,66% do valor estimado da contratação; 2- acúmulo de índice de liquidez e do patrimônio líquido de 10% sobre o total licitado por lote; e 3 – declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, de que 1/12 dos contratos firmados não é superior ao patrimônio líquido do licitante), a SE/DF alegou, fls. 5/9 do Ofício encaminhado, que a exigência proposta na impugnação da empresa estaria de acordo com a Lei nº 8.666/93, §§ 2º e 3º do artigo 31, podendo ser acatada pela Comissão de Licitação. O próprio TCU estaria adotando tais exigências, a partir de julho de 2010, de acordo com as propostas de melhorias elaborado pelo Grupo de Estudos de Contratação e Gestão de Contratos de Terceirização de Serviços Contínuos na Administração Pública Federal.*

*6. O segundo aspecto abordado na Representação trata da Qualificação Técnica (exigência de experiência mínima de três anos). Também nessa situação a SE/DF considerou pertinente o pleito da Representante, fl. 09 do Ofício encaminhado, por entender que a exigência em questão encontraria amparo no art. 30, inciso II, da Lei nº 8.666/93. Alegou, ainda, que a Administração ao não fixar exigência relativa ao prazo nas licitações está sujeita a contratar empresas sem experiência, as quais, com o tempo, se mostram incapazes de cumprir o objeto acordado.*

*7. Em relação ao terceiro pleito constante na Representação (declaração de que o licitante instalará escritório em Brasília-DF, a ser comprovado no prazo de máximo de 60 dias contado a partir da vigência do contrato) a SE/DF argumentou, fls. 9/10 do Ofício encaminhado, que a exigência de tal declaração, por si só, não asseguraria que a empresa teria condições de executar o contrato ou comprovar que estaria funcionando regularmente. Alternativamente, com a inclusão no Edital do item 11.1.3, alínea “e”, foi exigida declaração formal da empresa licitante, que caso vencedora do certame disponibilizará o quantitativo de mão de obra (pessoal técnico), ferramental e máquinas, conforme relação dos anexos do termo de referência. Tal exigência teria como finalidade aferir se a licitante possui em seus quadros o pessoal necessário à realização dos serviços objeto da licitação e estrutura administrativa suficiente para gerenciar o novo contrato. Acrescentou a Jurisdicionada que a exigência requerida na Representação/Impugnação restringiria a competitividade e, portanto, optou-se por não acatá-la.*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

8. Frisou, adicionalmente, a SE/DF, que deixou de incluir previamente no Edital o devido acautelamento trazido pela IN nº 02/2008-SLTI/MPOG, devido à manifestação desse Tribunal, que em análise de processo análogo, por meio da Decisão nº 252/2016, determinou à Secretaria, dentre outras deliberações, que excluísse do Edital algumas exigências de qualificação econômico financeira e de qualificação técnica constantes na referida IN, por extrapolar o requerido na Lei de Licitações.

9. Asseverou a Jurisdicionada que o TCU, em sessão realizada em maio de 2013 (processo TC 006.156/2011-8) acordou que:

‘9. 1. 10 - sejam fixadas em edital as exigências abaixo relacionadas como condição de habilitação econômico-financeira para a contração de serviços continuados: 9. 1. 10. 1 - índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), bem como Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado para a contratação, índices calculados com base nas demonstrações contábeis do exercício social anterior ao da licitação;

9. 1. 10. 2 - patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;

9. 1. 10.3 - patrimônio líquido igual ou superior a 1/12 (um doze avos) do valor total dos contratos firmados pela licitante com a Administração Pública e com empresas privadas, vigentes na data de abertura da licitação. Tal informação deverá ser comprovada por meio de declaração, acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social, e se houver divergência superior a 10% (dez por cento) em relação à receita bruta discriminada na DRE, a licitante deverá apresentar as devidas justificativas para tal diferença (Ata nº 17/2013 - Plenário; 22/5/2013 — S. Ordinária; Código Eletrônico TCUAC- 1214-17/13-P)’

10. Acrescentou que, pela referida decisão do TCU, a inclusão concomitante das exigências citadas constituiria o mínimo necessário para que a Administração Pública assegure uma contratação satisfatória, encontrando-se em consonância com a legislação pertinente, no caso o art. 37, XXI da CF/1988 quanto o art. 35, § 5º da Lei nº 8.666/93.

11. Finalizou a SE/DF alegando que a alteração do presente instrumento convocatório supre necessidade da Administração e além de conformar o Edital com o entendimento consolidado no TCU implicará em contratação mais segura e acarretará potencial redução dos problemas operacionais com o adimplemento das obrigações contratuais durante toda a execução.

12. Dessa feita, o pregoeiro do certame, embasado pela IN nº 02/2008-MPOG e pela jurisprudência do TCU, promoveu as alterações no Edital propostas na Representação/Impugnação, exceto em relação à obrigação de instalação de escritório da



*empresa vencedora em Brasília, por considerar desnecessário. Informou, por fim, a Jurisdicionada, que todas as minutas de editais para contratação de serviços comuns utilizadas no âmbito do Distrito federal foram padronizadas pela PGDF por meio do Parecer nº 383/2016-PRCON/PGDF, cuja metodologia é albergada pela jurisprudência do TCU (Acórdão nº 0392-12/06-Plenário) e do TCDF (Decisões nº 744/2011 e 1488/2011).*

#### **ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO ENCAMINHADA**

*13. As justificativas apresentadas pela SE/DF em relação às diligências constantes na Decisão Nº 5786/2016 são, a nosso sentir, aceitáveis, conforme detalharemos na sequência.*

*14. Em relação à utilização de exigências de qualificação de licitantes definidas na IN nº 02/2008-SLTI/MPOG, para prestação de serviços de natureza contínua, que a princípio extrapolariam as disposições acerca da matéria contidas na Lei nº 8666/93, essa Corte não tem posição pacificada quanto à questão, sendo sua pertinência avaliada em cada caso concreto sob análise do Tribunal, em função de fatores específicos, como por exemplo a complexidade do procedimento licitatório e do serviço a ser prestado.*

*15. No caso do procedimento licitatório sob análise, essa Corte já havia sinalizado que seriam cabíveis as exigências contidas na mencionada IN, haja vista que no item IV, alínea 'a', da Decisão 5786/2016 foi questionada a ausência no Edital de regramento contido no Normativo em referência ('em especial quanto a ausência de previsão no instrumento convocatório da exigência de comprovação de execução de serviços por período não inferior a 3 anos a que alude a IN n.º 02/2008-SLTI/MPOG');*

*16. Dessa feita, não vislumbramos impropriedade quanto ao fato de a Jurisdicionada haver acatado a maior parte dos questionamentos constantes na representação interposta pela empresa G&E Serviços Terceirizados Ltda, visto que as alegações apresentadas versaram exatamente sobre a ausência no edital de alguns pressupostos constantes da IN nº 02/2008-SLTI/MPOG, como determinados critérios de qualificação econômico-financeira e de qualificação técnica.*

*17. O terceiro aspecto abordado na Representação versou sobre a necessidade de instalação de escritório em Brasília da empresa vencedora do certame e não foi acatado pela SE/DF. A nosso ver tal decisão não contraria qualquer preceito insculpido na Lei de Licitações e cabe ao juízo discricionário da Administração a definição quanto à adoção de tal procedimento. No caso sob análise, nos parece que tal exigência traria de fato caráter restritivo à competitividade do certame, como alegou a SE/DF, e a negativa ao pleito da empresa representante pode ser acatada pelo Tribunal.*

*18. Verificamos, na minuta de Edital anexada aos autos pela SE/DF, a inclusão dos seguintes itens em razão do acatamento a parte dos pleitos constantes na Representação em referência, fls. 14/15 do Anexo: 1) item 11.1.3.'h' – experiência mínima de 3 anos; 2)*





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

*item 11.1.4.'b'.IV - Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro de, no mínimo, 16,66% do valor estimado para a contratação; 3) 11.1.4.'b'.V – Patrimônio Líquido igual ou superior a 1/12 do valor total dos contratos firmados com a Administração Pública e com a iniciativa privada, vigentes na data da sessão pública de abertura do Pregão.*

*19. Também no Termo de Referência foi atualizada a descrição da exigência de qualificação técnica, passando a constar no item 10.2.'h' a necessidade de experiência mínima de 3 anos na prestação de serviços terceirizados, fl. 42 do Anexo encaminhado."*

Ao final da instrução, foram lançadas as seguintes conclusões acerca da matéria:

*"20. Com base nos elementos apresentados, consideramos cumprida a Decisão Nº 5786/2016, sendo parcialmente procedente, no mérito, a Representação da empresa G&E Serviços Terceirizados Ltda.*

*21. O único item do questionamento formulado pela empresa representante que não foi acatado pela SE/DF diz respeito à suposta necessidade de instalação de escritório da empresa vencedora da licitação no DF. Por ausência de amparo legal e possibilidade de cerceamento indevido à competitividade do certame o pleito foi corretamente rechaçado.*

*22. Quanto ao itens acatados pela Comissão de Licitação, opinamos que, no caso concreto sob análise, não há impropriedade nos quesitos de qualificação econômico-financeira e técnico acrescidos ao Edital em função do pleito da representante, à luz do estabelecido na IN nº 02/2008-SLTI/MPOG.*

*23. Dessarte, recomendamos o prosseguimento do certame e o arquivamento dos autos, sem prejuízo de futuras averiguações."*

Diante do exposto, sugeriu-se ao eg. Plenário que:

*"I. tome conhecimento do Ofício nº 24/2016-Pregão/SEDF, e-Doc BEDA14C5A-e, e do documento denominado Anexo I do Ofício 24-SEDF/2016, e-Doc D9C7B08B-e, apresentados pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SE/DF em cumprimento ao estabelecido na Decisão Nº 5786/2016, e-Doc F7B7BC2B-e;*

*II. Considere:*

*a) cumprida a referida Decisão;*

*b) a Representação da empresa G&E Serviços Terceirizados Ltda, no mérito, parcialmente procedente;*

*III. autorize:*

*a) a continuidade do Pregão Eletrônico por SRP n.º 14/2016-SE;*

*b) a ciência da decisão que vier a ser adotada à SE/DF;*



c) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento; para fins de arquivamento, sem prejuízo de averiguações futuras.”

As sugestões formuladas mereceram a concordância do Diretor da 4ª Divisão de Acompanhamento/TCDF e do Secretário-Substituto de Acompanhamento/TCDF (e-DOCs D1EA556A-e e FDE92E68-e, respectivamente).

## MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal – MPJTCDF, por intermédio do Parecer n.º 1.137/2016–DA (e-DOC B0C83973-e), manifestou-se em harmonia com a unidade instrutiva, com ressalva quanto à exigência de comprovação de 3 (três) anos de experiência, da seguinte forma:

*“18. Entendo correto o acolhimento dos questionamentos formulados pela empresa **G&E Serviços Terceirizados Ltda.** e regulares as alterações produzidas no Edital do **Pregão Eletrônico (SRP) n.º 14/2016-SUAG/SE-DF** para adequação dos requisitos de qualificação econômico-financeira, ressaltando, contudo, entendimento ministerial no sentido de que eventual exigência de experiência mínima de tempo na prestação de serviços pode restringir indevidamente a ampla competição almejada nos procedimentos licitatórios levados a efeito pela Administração Pública.*

*19. Oportuno reconhecer que o Tribunal, nos termos da Decisão n.º 5.786/2016, suspendeu, cautelarmente, a continuidade do certame exatamente para que o instrumento convocatório mantivesse estrita observância às exigências de qualificação de licitantes delineadas na Instrução Normativa n.º 02/2008-SLTI/MPOG, notadamente quanto à ausência de previsão no instrumento convocatório da exigência de comprovação de execução de serviços por período não inferior a 3 (três) anos, conforme expressamente determinado na alínea ‘a’ do item IV da citada decisão.*

*20. Frise-se que a utilização das exigências de qualificação de licitantes definidas na Instrução Normativa n.º 02/2008-SLTI/MPOG para contratação da prestação de serviços de natureza contínua, que, a princípio, extrapolariam as disposições contidas na Lei n.º 8.666/93, não é matéria pacificada no âmbito do TCDF, devendo a pertinência de tal utilização ser avaliada de acordo com os procedimentos licitatórios examinados pelo Tribunal, uma vez que fatores inerentes a cada contratação podem ter repercussões distintas, como por exemplo a complexidade da licitação e a especificidade do serviço a ser prestado.*

*21. No caso vertente, dentre os pontos suscitados na Representação da empresa **G&E Serviços Terceirizados Ltda.**, a licitante requer a “(...) inclusão de tempo mínimo de funcionamento da empresa, em período não inferior a 3 (três) anos”, proficiência a ser comprovada por meio de competente atestado de capacidade técnica para fins de qualificação técnico-operacional, solicitação*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

acatada pela SE/DF sob o fundamento do artigo 30, inciso II, da Lei n.º 8.666/93.

22. *Impende registrar que o dispositivo em questão estabelece que:*

*‘Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:*

*(...)*

*II – **comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação**, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos’ (grifei).*

23. *Todavia, este inciso deve ser interpretado em conjunto com o §3º do mesmo artigo, que assim dispõe: ‘Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de **certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior**’ (grifei).*

24. *Nesse sentido, quando tratamos de requisitos de capacidade técnica, imprescindível considerar que eventuais exigências devem ser especificamente atreladas ao objeto da contratação, de maneira a atender plenamente às necessidades da Administração, não se podendo prescindir do pressuposto de que a contratação deverá, sempre que possível, assegurar o maior número de participantes, em atendimento ao preceito constitucional da isonomia, com vistas a garantir a obtenção da proposta mais vantajosa.*

25. *Restringir o universo de participantes, mediante exigência de comprovação de experiência anterior em condições idênticas ao objeto ou serviço que será contratado, seria excluir do certame licitatório àqueles que poderiam atender à necessidade da Administração, prejudicando, assim, a economicidade da contratação, além de desatender ao previsto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, que estabelece:*

*‘Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*

*Omissis*

*XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações **serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes**, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações’ (grifei).*



26. Diante desses pressupostos, pode-se afirmar que se torna inviável exigir do licitante, no tocante à qualificação técnica, atestados de experiência anterior na realização de serviço ou referente a objeto idêntico ao que será contratado, exceto nos casos em que a restrição seja essencial ao cumprimento da obrigação.

27. Ao examinar matéria análoga, o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais se pronunciou nesse sentido, conforme podemos extrair da ementa da Denúncia n.º 812.442<sup>1</sup>:

*'1. Edital de licitação não pode conter exigência de qualificação técnica que não seja indispensável à garantia do cumprimento das obrigações contratuais e que não esteja prevista em lei. (...) 3. A exigência de experiência anterior na execução de objeto idêntico ao licitado só é possível se houver justificativa razoável e se não ofender o princípio da competitividade, nem prejudicar a obtenção da proposta mais vantajosa' (grifei).*

28. Este é também o entendimento do Tribunal Regional Federal da 4ª Região que, em resposta a um de seus jurisdicionados, decidiu nos seguintes termos '(...) Inexistindo tal exigência e, muito menos, a necessária correlação entre a habilitação especial e os serviços a serem desempenhados pela vencedora, não cabe ao intérprete ampliar exigências ao seu talante, assim como não cabe aos demais licitantes buscar exigências maiores do que as devidas, até porque, visando a licitação a maior participação possível em homenagem ao princípio da concorrência, as restrições à participação devem se conter em estritos limites' Ação Civil Pública n.º 5019145-37.2012.404.7000<sup>2</sup>.

29. É necessário, portanto, que as exigências relativas à qualificação técnica sejam interpretadas em consonância com o disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, juntamente com os demais dispositivos infraconstitucionais, a fim de que sejam exigidos somente os requisitos indispensáveis ao cumprimento da obrigação, de modo a possibilitar a ampla participação de competidores interessados em contratar com a Administração, assegurando, assim, a economicidade da contratação, além de garantir, sempre que possível, o desejável tratamento isonômico.

30. Nessa esteira, o edital que contiver comandos desarrazoados será inválido, conforme nos ensina Diogenes Gasparini<sup>3</sup>:

*'Dentro, pois, dos mencionados limites legais (art. 30, I usque IV) e observado o critério da utilidade da comprovação, cabe à Administração Pública licitante fixar as exigências de qualificação técnica, indispensáveis à satisfação do interesse público a cada licitação que instaura, pois só têm sentido lógico e jurídico quando indispensáveis à garantia do*

<sup>1</sup> Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte: Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, v. 82, n. 1, p. 158/165, jan/fev/mar 2012, Seção Pareceres e Decisões.

<sup>2</sup> TRF 4ª Região: Ação Civil n.º 5019145-37.2012.404.7000/PR. Relatora Desembargadora Maria Lúcia Luz Leiria. Em 05.12.2012.

<sup>3</sup> GASPARINI, Diogenes. Qualificação técnica – Inabilitação – Exigências Exorbitantes. Boletim de Licitações e Contratos. São Paulo, p. 641-654, out. 2002.





TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

*cumprimento do contrato. **Qualquer exigência destoante dessas cautelas legais e principiológicas é nula e, via de consequência, inválido o edital que a contiver***' (grifei).

31. Pelo exposto, resta óbvia a existência de amparo legal para que se exija a comprovação de capacitação técnico-operacional, desde que as características peculiares de cada obra ou serviço assim o exijam.

32. Podemos encontrar entendimento no mesmo sentido nas palavras de Roberto Bazilli<sup>4</sup>, ao defender que "(...) nos termos do artigo 37, inc. XXI, da Constituição do Brasil, combinado com a legislação infraconstitucional pertinente, **as exigências de qualificação técnica devem ser tão somente as necessárias e indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações**; portanto, variáveis e proporcionais à complexidade e ao vulto do objeto licitado, mas não dispensáveis" (grifei).

33. Vale ponderar, ainda, que as exigências de qualificação técnica objetivam que a Administração detenha informações acerca de serviços já executados pelos licitantes, de modo a vislumbrar sua capacidade de cumprir os compromissos estabelecidos em eventual ajuste futuro.

34. À primeira vista, poder-se-ia inferir que, quanto mais rígidas as exigências, maior a presunção de que aqueles que as cumprem são capazes de executar as obrigações contratuais e, conseqüentemente, maior a segurança da Administração.

35. Entretanto, a severidade excessiva na fixação das exigências fatalmente restringirá a competitividade do certame, pois quanto mais rígidas as exigências, menor o número de pessoas aptas a cumpri-las. As exigências, repito, devem ser justificáveis em razão da complexidade envolvida na contratação, caso contrário será contrária ao interesse público.

36. Farta é a jurisprudência do Tribunal de Contas da União no sentido de que o edital de licitação somente poderá exigir qualificações técnicas e econômicas que sejam indispensáveis à garantia do cumprimento da obrigação (TC 005.612/2006-6-Plenário, TC 008.109/2008-3-Plenário, e outros).

37. O TCU entende que a comprovação da capacidade técnica deve ser guiada pelo princípio da razoabilidade previsto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, e em respeito aos pressupostos estabelecidos no artigo 3º da Lei n.º 8.666/93, que, em síntese, somente admite exigências de qualificação técnica imprescindíveis à garantia do cumprimento das obrigações (Acórdão n.º 2.789/2016-Plenário, Acórdão n.º 1.742/2016-Plenário, Acórdão n.º 244/2015-Plenário, e outros). A título de exemplo, cito entendimento consubstanciado no Acórdão n.º 1.891/2006-Plenário, que assim decidiu:

<sup>4</sup> A qualificação técnica no procedimento licitatório e a capacidade técnico-operacional do licitante, DOUTRINA - 431/40/JUN/1997 - Zenith.



*'Sobre a comprovação de capacidade técnico-operacional referente a itens irrelevantes ou de valor insignificante frente à estimativa global da obra, acompanhamento, em grande parte, as conclusões da unidade instrutiva, que se pronunciou pela ilegalidade das exigências. Entretanto, destaco que a jurisprudência deste Tribunal - Decisão 1.618/2002 e Acórdão 515/2003, ambos de Plenário - já se manifestou no sentido de que o art. 30, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993 somente se aplica à qualificação técnico-profissional, **estando a limitação da capacidade técnico-operacional insculpida no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, o qual somente permite exigências de qualificação técnica e econômica que sejam indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações**' (grifei).*

38. A Súmula n.º 263/2011–TCU consolida tal entendimento nos seguintes termos:

*'Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado'*

39. Portanto, pela leitura dos dispositivos constitucionais, da Lei de Licitações e Contratos, e da jurisprudência supramencionada, chega-se à conclusão de que a Administração pode, e somente "pode" (jamais deve) exigir comprovações de natureza técnico-operacional se o caso concreto assim o demandar. Trata-se de exigência que deve estar adstrita à esfera discricionária do gestor e deve ser avaliada diante das especificidades e à concretude de cada caso.

40. Apenas para trazer exemplo concreto da possibilidade de cerceamento à livre competição, imagine-se hipótese em que uma empresa recém constituída no mercado, integrada por profissionais oriundos de outras empresas com reconhecida competência técnica em segmento cujos serviços especializados estão sendo demandados pela Administração Pública. No entanto, referida empresa ainda não dispõe de certidões que a qualifiquem técnica e operacionalmente, exatamente em razão de estar iniciando suas atividades comerciais. Seria justo e aceitável alijar tal empresa de certame licitatório para o qual teria plenas condições e competências técnicas para a execução do objeto pretendido pela Administração? Não poderia referida empresa prestar os serviços em contratação com a qualidade e a eficiência demandadas? Ao exigir experiência mínima de tempo na prestação de serviços idênticos ao objeto da contratação, não restaria configurada a tão questionada restrição à ampla competição nas licitações públicas?

41. Em que pese o entendimento ministerial de que a exigência de experiência mínima de tempo na prestação de serviços semelhantes ou idênticos ao objeto da contratação pode restringir a ampla competição, cumpre observar que, na espécie, o Tribunal já se



manifestou quanto à necessidade de observância dos requisitos contidos na Instrução Normativa n.º 02/2008-SLTI/MPOG, tanto que determinou seu atendimento no item IV, alínea “a”, da Decisão n.º 5.786/2016, sobretudo quanto à comprovação de execução de serviços por período não inferior a 3 (três) anos a que alude a referida instrução normativa.

42. Nesse contexto, não vejo óbices às alterações procedidas em relação às exigências contidas no **item 11.1.4 do Edital do Pregão Eletrônico (SRP) n.º 14/2016-SUAG/SE-DF** (Qualificação Econômico-Financeira), vez que em conformidade com as normas legais que regem a matéria e com a jurisprudência reinante para contratações da espécie.

43. No mais, apesar de entender inadequado requisito de experiência mínima, mas, reconhecendo que o Tribunal, no caso concreto, posicionou-se em sentido contrário, entendo que a exigência de experiência mínima de 3 (três) anos na prestação dos serviços objeto da presente contratação, ininterruptos ou não, até a data da abertura do certame em exame, conforme indicado no **item 11.1.3, alínea ‘h’**, do referido instrumento (Qualificação Técnica), pode, excepcionalmente, ser acatada pela Corte de Contas.

44. Por sua vez, entendo correto o posicionamento externado pela Unidade Técnica quanto à desnecessidade de a empresa vencedora do certame comprovar instalação de escritório em Brasília. Não há dispositivo legal que ampare a comprovação em comento e, no entendimento ministerial, tal exigência pode restringir decisivamente o caráter competitivo almejado pela Administração e, conseqüentemente, refletir na obtenção de proposta mais vantajosa, sendo justificável o não acolhimento do pleito formulado pela representante.

45. Em face de todo o exposto, entendo que as justificativas e esclarecimento trazidos aos autos pela SE/DF cumprem as determinações indicadas na Decisão n.º 5.786/2016, podendo o Tribunal, por consequência, considerar, no mérito, parcialmente procedente a Representação apresentada pela empresa **G&E Serviços Terceirizados Ltda.**, cujos questionamentos, à exceção da exigência de comprovação da instalação de escritório em Brasília, encontram-se atendidos com as alterações promovidas no Edital do **Pregão Eletrônico (SRP) n.º 14/2016-SUAG/SE-DF**, notadamente no **item 11.1.3, alínea ‘h’** (experiência mínima de 3 anos); no **item 11.1.4, alínea ‘b’, subitem IV** (Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro de, no mínimo, 16,66% do valor estimado para a contratação); e no **item 11.1.4, alínea ‘b’, subitem V** (Patrimônio Líquido igual ou superior a 1/12 do valor total dos contratos firmados com a Administração Pública e com a iniciativa privada, vigentes na data da sessão pública de abertura do Pregão) (fls. 14/15 do e-Doc D9C7B08B-e).

46. Nesse diapasão, este representante do **Parquet** especializado acolhe as propostas expendidas pela Unidade Técnica, sem embargo de reiterar entendimento contrário em relação à exigência



*de experiência mínima de prestação de serviços semelhantes ou idênticos ao objeto da contratação em apreço (...).” (grifos do original)*

Na Sessão Extraordinária n.º 93, de 15.12.2016, lancei voto com o seguinte teor (e-DOC CBC8F197-e):

*“Nesta fase processual, **examina-se o mérito da Representação formulada pela empresa G&E Serviços Terceirizados Ltda.** (e-DOC FCACA1E5-c), em cotejo com os esclarecimentos prestados pela SE/DF, em atendimento ao disposto no item IV da Decisão n.º 5.786/2016.*

*Cabe esclarecer que a aludida exordial apontou a necessidade de ajustes no edital do Pregão Eletrônico (SRP) n.º 14/2016-SE, que tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manipulação de alimentos e preparo de refeições para atender ao Programa de Alimentação Escolar do Distrito Federal – PAE-DF, conforme resumido a seguir:*

- *Inclusão de índices/aspectos ligados à qualificação econômico financeira dos licitantes, a saber:*
  - *capital circulante líquido ou capital de giro de, no mínimo, 16,66% do valor estimado da contratação;*
  - *acúmulo de índice de liquidez e do patrimônio líquido de 10% sobre o total licitado por lote; e*
  - *declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, de que 1/12 dos contratos firmados não é superior ao patrimônio líquido do licitante;*
- *Exigência de comprovação de experiência mínima de 3 (três) anos para fins habilitatórios; e*
- *Apresentação de declaração de que o licitante instalará escritório em Brasília-DF, a ser comprovado no prazo de máximo de 60 dias contado a partir da vigência do contrato.*

*A unidade instrutiva, tendo por base os esclarecimentos prestados pela SE/DF, propõe ao Tribunal: tomar conhecimento da documentação carreada ao feito; considerar cumprida a Decisão n.º 5.786/2016 e, no mérito, **parcialmente procedente a Representação** apresentada pela empresa G&E Serviços Terceirizados Ltda.; e autorizar a continuidade do Pregão Eletrônico por SRP n.º 14/2016-SE, a ciência da decisão que vier a ser adotada à SE/DF e o retorno dos autos à Seacomp/TCDF, para fins de arquivamento, sem prejuízo de averiguações futuras.*

*O parecer do MPjTCDF é convergente com a instrução, com a ressalva do d. Procurador, Dr. Demóstenes Tres Albuquerque, quanto à exigência de comprovação de 3 (três) anos de experiência.*

*Desde já, adianto que o meu posicionamento é parcialmente convergente com a Seacomp/TCDF e o Parquet especial, com ajustes e acréscimos.*





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

*Entendo que o encaminhamento sugerido pela unidade instrutiva e pelo órgão ministerial, no que tange aos aspectos relativos à inclusão de índices/aspectos ligados à qualificação econômico financeira e à exigência de comprovação de experiência mínima (de 3 anos), não merece qualquer reparo; motivo pelo qual adoto, como razão de decidir, os fundamentos constantes da Informação n.º 304/2016 e do Parecer n.º 1.137/2016–DA acerca desses pontos.*

*Cabe dizer que, em razão dessas duas questões representadas, a SE/DF incluiu, na minuta do edital revisado (e-DOC D9C7B08B-e), as cláusulas constantes dos subitens “11.1.3.h” e “11.1.4.b.iv” a “11.1.4.b.vii”, transcritas a seguir, em harmonia com o propugnado pela empresa G&E:*

*“11.1.3. Qualificação Técnica*

*(...)*

*h) Experiência mínima de 3 (três) anos na prestação de serviços terceirizados, ininterruptos ou não, até a data da sessão pública de abertura do Pregão;*

*(...)*

*11.1.4. Qualificação Econômico-Financeira*

*(...)*

*b) Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei devidamente registrados, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.*

*(...)*

*iv) Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado para a contratação; (e deverá ser devidamente justificado nos autos)*

*v) Patrimônio Líquido igual ou superior a 1/12 (um doze avos) do valor total dos contratos firmados com a Administração Pública e com a iniciativa privada, vigentes na data da sessão pública de abertura deste Pregão. (e deverá ser devidamente justificado nos autos)*

*vi) Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social exigível, apresentado na forma da lei; (e deverá ser devidamente justificado nos autos)*

*vii) Declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e com a Administração Pública, vigentes na data da sessão pública de abertura deste Pregão, conforme modelo constante no Anexo VII; (e deverá ser devidamente justificado nos autos)*

*a) Caso o valor total constante na declaração apresente divergência percentual superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, em relação à receita bruta discriminada na Demonstração de Resultado do Exercício (DRE), a licitante deverá apresentar as devidas justificativas.*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

b) Se as justificativas não forem entregues concomitantemente à documentação, Pregoeiro fixará prazo para a sua apresentação.

c) A licitante deverá apresentar os cálculos constantes dos subitens anteriores em papel timbrado, assinado pelo seu representante legal e por seu contador ou técnico contábil, apresentando a prova de regularidade deste, conforme Resolução nº 1.402/2012.”

A fim de reforçar o encaminhamento adotado, lembro que a Instrução Normativa n.º 02/2008 – SLTI/MPOG, recepcionada no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Distrito Federal pelo Decreto Distrital n.º 36.063/2014, em seu art. 19, inciso XXIV, alíneas “b” a “d”, contempla exatamente essas questões, nos termos transcritos a seguir:

“Art. 19. Os instrumentos convocatórios devem conter o disposto no art. 40 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, indicando ainda, quando couber:

(...)

XXIV - disposição prevendo condições de habilitação econômico-financeira nos seguintes termos: (Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)

(...)

b) Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social; (Redação dada pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013 e retificada conforme redação publicada na página 840 da Seção 1 do DOU nº 252, de 30 de dezembro de 2013)

c) comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta; (Redação dada pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013 e retificada conforme redação publicada na página 840 da Seção 1 do DOU nº 252, de 30 de dezembro de 2013)

d) declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo VIII, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante que poderá ser atualizado na forma descrita na alínea “c”, observados os seguintes requisitos: (Redação dada pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)

1. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício – DRE, relativa ao último exercício social; e (Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

2. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício – DRE apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas; e (Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)”

No que tange à última questão representada, alusiva à “apresentação de declaração de que o licitante instalará escritório em Brasília-DF, a ser comprovado no prazo de máximo de 60 dias contado a partir da vigência do contrato”, com as devidas vênias aos entendimentos contrários, lamento discordar da Seacomp/TCDF e do Parquet especial, pelos motivos expostos a seguir.

O valor anual do PE 14/2016 alcança a quantia de **R\$ 129.167.203,20**, tendo sido o objeto do certame dividido em 4 lotes, conforme se visualiza na tabela a seguir:

Nº	LOTE CRE	Nº DE FUNC.	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR MENSAL R\$	VALOR ANUAL R\$	VALOR MENSAL LOTE R\$	VALOR ANUAL LOTE R\$
1	Gama	106	5.328,68	564.840,08	6.778.080,96	2.563.095,08	30.757.140,96
	Rec. das Emas	114	5.328,68	607.469,52	7.289.634,24		
	Santa Maria	103	5.328,68	548.854,04	6.586.248,48		
	Samambaia	158	5.328,68	841.931,44	10.103.177,28		
SUBTOTAL		481		2.563.095,08	30.757.140,96		
2	Planaltina	222	5.328,68	1.182.966,96	14.195.603,52	2.499.150,92	29.989.811,04
	Paranoá	151	5.328,68	804.630,68	9.655.568,16		
	São Sebastião	96	5.328,68	511.553,28	6.138.639,36		
SUBTOTAL		469		2.499.150,92	29.989.811,04		
3	Guará	80	5.328,68	426.294,40	5.115.532,80	2.637.696,60	31.652.359,20
	N. Bandeirante	110	5.328,68	586.154,80	7.033.857,60		
	P.P./Cruzeiro	200	5.328,68	1.065.736,00	12.788.832,00		
	Sobradinho	105	5.328,68	559.511,40	6.714.136,80		
SUBTOTAL		495		2.637.696,60	31.652.359,20		
4	Brazlândia	110	5.328,68	586.154,80	7.033.857,60	3.063.991,00	36.767.892,00
	Ceilândia	332	5.328,68	1.769.121,76	21.229.461,12		
	Taguatinga	133	5.328,68	708.714,44	8.504.573,28		
SUBTOTAL		575		3.063.991,00	37.767.892,00		
TOTAL GERAL		2.020				10.763.933,60	129.167.203,20

Segundo consta da Representação formulada pela empresa G&E Serviços Terceirizados Ltda., a licitação em questão contempla: o atendimento de cerca de 500.000 alunos<sup>5</sup>; o preparo de, aproximadamente, 500.000 refeições por dia<sup>6</sup>; a disponibilização de mais de 2.000 empregados terceirizados<sup>7</sup>; e o atendimento de 653 instituições escolares<sup>8</sup>.

Tais dados indicam a grandiosidade da contratação, ensejando da SE/DF a adoção das medidas cabíveis/proporcionais para o regular processamento do feito.

Nesse sentido, destaco que a IN 02/2008-SLTI/MPOG, em seu art. 19, § 5º, estabelece as seguintes exigências:

“Art. 19. Os instrumentos convocatórios devem o conter o disposto no art. 40 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, indicando ainda, **quando couber**:

<sup>5</sup> Item 3.6 do Termo de Referência.

<sup>6</sup> Item 3.5 do Termo de Referência.

<sup>7</sup> Item 14.1 do Termo de Referência.

<sup>8</sup> Item 3.5 do Termo de Referência.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

(...)

§ 5º Na contratação de **serviços continuados**, a Administração Pública **poderá exigir do licitante**: (Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)

**I - comprovação de que tenha executado serviços de terceirização compatíveis em quantidade com o objeto licitado por período não inferior a 3 (três) anos;** e (Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)

**II - declaração de que o licitante instalará escritório em local (cidade/município) previamente definido pela Administração,** a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato. (Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013);” (grifos acrescidos)

Ora, se a SE/DF incluirá cláusulas editalícias com amparo no art. 19, inciso XXIV, da IN 02/2008-SLTI/MPOG, alusivas à qualificação econômico-financeira das licitantes, nada mais lógico e justo, inclusive em razão da vultuosidade da contratação (de cerca de R\$ 130 milhões anuais), que as condicionantes constantes do § 5º daquele mesmo artigo também passem a compor o edital.

Apesar de as exigências constantes dos incisos I e II do § 5º do art. 19 da IN 02/2008-SLTI/MPOG poderem ser exigidas das licitantes (não sendo de caráter obrigatório/vinculante), os princípios da proporcionalidade, da razoabilidade e da motivação dos atos administrativos devem ser observados.

Nesse sentido, não se mostra razoável, nem muito menos prudente, fazer constar do edital exigência alusiva à “comprovação de que [a licitante] tenha executado serviços de terceirização compatíveis em quantidade com o objeto licitado por período não inferior a 3 (três) anos” e deixar de incluir cláusula relativa à “declaração de que o licitante instalará escritório em local (cidade/município) previamente definido pela Administração”.

Até porque, vale destacar, segundo o item 21.1 do edital,

“21.1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses a contar de sua assinatura, com eficácia a partir de sua publicação, podendo ser prorrogado, no interesse da Contratante, por iguais e sucessivos períodos até o **limite de 60 (sessenta) meses**, conforme artigo 57, inciso II, da lei nº. 8666/93.” (grifei)

Ocorre que a Lei n.º 8.666/1993, em seu art. 57, § 4º, estabelece o seguinte:

“Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

(...)

**II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua**, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, **limitada a sessenta meses**;

(...)





**§ 4º Em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante autorização da autoridade superior, o prazo de que trata o inciso II do caput deste artigo poderá ser prorrogado por até doze meses.** (grifos acrescidos)

Ou seja, a contratação decorrente da Ata de Registro de Preços vinculada ao PE 14/2016-SE/DF poderá atingir uma vigência de 72 meses. Até por conta disso que a exigência constante do inciso I do § 5º do art. 19 da Instrução Normativa n.º 02/2008-SLTI/MPOG se mostra aceitável, ainda que a vigência inicial do contrato seja de apenas 12 meses.

Em razão disso e considerando que o volume de recursos despendidos com a referida contratação poderá alcançar uma quantia<sup>9</sup> de R\$ 775 milhões nos próximos 6 anos, cabe determinar à SE/DF que inclua cláusula editalícia exigindo a apresentação de declaração de que o licitante instalará escritório em Brasília/DF, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da vigência do contrato, com fulcro no art. 19, § 5º, inciso II, da Instrução Normativa n.º 02/2008 – SLTI/MPOG, recepcionada pelo Decreto Distrital n.º 36.063/2014, devendo dar continuidade ao certame, no prazo de 10 (dez) dias, observando-se o disposto no art. 21, § 4º, da Lei n.º 8.666/1993.

Nesse sentido, cabe considerar, no mérito, procedente a Representação formulada pela empresa G&E Serviços Terceirizados Ltda. Deve o Plenário, ainda, dar ciência da decisão que vier a ser proferida às empresas representantes e autorizar o envio de cópia de peças dos autos à SE/DF, para auxiliar no cumprimento das diligências, e o retorno dos autos à unidade instrutiva, para os devidos fins.

Por fim, esclareço que a empresa G&E Serviços Terceirizados Ltda. requereu oportunidade para realização de sustentação oral. Por meio do Despacho Singular n.º 589/16 – GCIM, o aludido pleito foi indeferido, com fundamento no art. 136, § 7º, do RI/TCDF.

Ante o exposto, em harmonia parcial com a unidade instrutiva e o Parquet especial, com os ajustes e acréscimos que faço, VOTO no sentido de que o egrégio Plenário:

I. tome conhecimento:

- a) do Ofício n.º 24/2016-Pregão/SEDf e anexos (e-DOC BE65A61A-c), bem como da minuta do edital revisado do Pregão Eletrônico SRP n.º 14/2016 (e-DOC D9C7B08B-e), encaminhados em atendimento ao disposto no item IV da Decisão n.º 5.786/2016;
- b) do Ofício n.º 2368/2016-GAB/SE e documentos anexos (e-DOC A9245C4B-c), assim como do CD-ROM cujos arquivos foram convertidos em PDF e juntados aos autos na forma do e-DOC 0F42ACED-e;
- c) da Informação n.º 304/2016 (e-DOC D1EA556A-e);

<sup>9</sup> R\$ 775.003.219,20 = R\$ 129.167.203,20 x 6 (anos).



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

e-DOC D45259AA-e  
Proc 32640/2016-e

Proc.:32.640/16-e

- d) do Parecer n.º 1.137/2016–DA (e-DOC B0C83973-e);
- II. considere:
- a) cumprida a Decisão n.º 5.786/2016;
- b) no mérito, procedente a Representação formulada pela empresa G&E Serviços Terceirizados Ltda. (e-DOC FCACA1E5-c);
- III. determine à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SE/DF que, com fulcro no art. 113, § 2º, da Lei n.º 8.666/1993, adote as medidas indicadas a seguir, no prazo de 10 (dez) dias, relacionadas ao Pregão Eletrônico (SRP) n.º 14/2016-SUAG/SE-DF:
- a) inclua cláusula editalícia exigindo a apresentação de declaração de que o licitante instalará escritório em Brasília/DF, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da vigência do contrato, com fulcro no art. 19, § 5º, inciso II, da Instrução Normativa n.º 02/2008 – SLTI/MPOG, recepcionada pelo Decreto Distrital n.º 36.063/2014;
- b) dê continuidade ao certame, após atendimento da diligência constante do item “II-a” precedente e do disposto no art. 21, § 4º, da Lei n.º 8.666/1993;
- c) encaminhe ao Tribunal cópia do edital republicado e demais documentos que julgar necessários, com vistas a comprovar o efetivo atendimento das diligências exaradas;
- IV. dê ciência da decisão que vier a ser adotada às representantes (empresas Confiança Administrações e Serviços Eireli e G&E Serviços Terceirizados Ltda.);
- V. autorize:
- a) o envio de cópia deste Relatório/Voto e da Decisão que vier a ser proferida à SE/DF, a fim de auxiliar o cumprimento das determinações constantes do item III;
- b) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento – Seacomp/TCDF, para os devidos fins”.

Na ocasião, o n. Conselheiro Márcio Michel pediu vista dos autos, tendo sido adiado o julgamento da matéria, nos termos da **Decisão n.º 6.387/2016** (e-DOC E10B2F2D-e).

Posteriormente, em 10.02.2017, estando os autos no Gabinete do i. Revisor, foi protocolizado nesta Corte pela empresa G&E Serviços Terceirizados Ltda. o documento intitulado “elementos adicionais – com pedido de reapreciação de medicação cautelar” (e-DOC F89598F4-c).

Na referida peça, a empresa Representante alega, em suma que:



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

- a questão trazida na representação, relativa à necessidade de que os atestados para habilitação técnica sejam relativos a mão de obra específica de manuseio de alimentos, não teria sido analisada pela Corte;
- os débitos do GDF com a empresa, referentes a contratações anteriores, devem ser quitados antes da abertura de novo certame;
- a SE/DF deve disponibilizar inventário dos equipamentos atuais que serão utilizados na prestação dos serviços, e o edital deve exigir vistoria obrigatória pelos licitantes nos locais onde a mão de obras será alocada, para que as empresas possam elaborar as propostas adequadamente.

Em razão disso, entende a empresa que o Tribunal deva deferir medida cautelar, determinando a suspensão da licitação até que a jurisdicionada se pronuncie sobre as citadas questões.

É o relatório.



## VOTO

A atual fase processual cuida do exame de mérito da Representação formulada pela empresa G&E Serviços Terceirizados Ltda., em cotejo com os esclarecimentos prestados pela SE/DF, em atendimento ao disposto no item IV da Decisão n.º 5.786/2016.

A unidade instrutiva, após analisar as informações ofertadas pela jurisdicionada, propôs ao Tribunal: tomar conhecimento da documentação carreada ao feito; considerar cumprida a Decisão n.º 5.786/2016 e, no mérito, parcialmente procedente a Representação apresentada pela empresa G&E Serviços Terceirizados Ltda.; e autorizar a continuidade do Pregão Eletrônico por SRP n.º 14/2016-SE, a ciência da decisão que vier a ser adotada à SE/DF e o retorno dos autos à Seacomp/TCDF, para fins de arquivamento, sem prejuízo de averiguações futuras.

O parecer do MPJTCDF foi convergente com a instrução, com a ressalva do d. Procurador, Dr. Demóstenes Tres Albuquerque, que opinou pela não inclusão da exigência de comprovação de 3 (três) anos de experiência.

Na Sessão Extraordinária n.º 93, de **15.12.2016**, lancei voto parcialmente convergente com a Seacomp/TCDF e o *Parquet* especial, com ajustes e acréscimos, tendo a parte dispositiva o seguinte teor:

*“Ante o exposto, em harmonia parcial com a unidade instrutiva e o Parquet especial, com os ajustes e acréscimos que faço, VOTO no sentido de que o egrégio Plenário:*

*VI. tome conhecimento:*

*e) do Ofício n.º 24/2016-Pregão/SEDF e anexos (e-DOC BE65A61A-c), bem como da minuta do edital revisado do Pregão Eletrônico SRP n.º 14/2016 (e-DOC D9C7B08B-e), encaminhados em atendimento ao disposto no item IV da Decisão n.º 5.786/2016;*

*f) do Ofício n.º 2368/2016-GAB/SE e documentos anexos (e-DOC A9245C4B-c), assim como do CD-ROM cujos arquivos foram convertidos em PDF e juntados aos autos na forma do e-DOC 0F42ACED-e;*

*g) da Informação n.º 304/2016 (e-DOC D1EA556A-e);*

*h) do Parecer n.º 1.137/2016-DA (e-DOC B0C83973-e);*

*VII. considere:*

*c) cumprida a Decisão n.º 5.786/2016;*

*d) no mérito, procedente a Representação formulada pela empresa G&E Serviços Terceirizados Ltda. (e-DOC FCACA1E5-c);*

*VIII. determine à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SE/DF que, com fulcro no art. 113, § 2º, da Lei n.º 8.666/1993, adote as medidas indicadas a seguir, no prazo*





de 10 (dez) dias, relacionadas ao Pregão Eletrônico (SRP) n.º 14/2016-SUAG/SE-DF:

d) *inclua cláusula editalícia exigindo a apresentação de declaração de que o licitante instalará escritório em Brasília/DF, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da vigência do contrato, com fulcro no art. 19, § 5º, inciso II, da Instrução Normativa n.º 02/2008 – SLTI/MPOG, recepcionada pelo Decreto Distrital n.º 36.063/2014;*

e) *dê continuidade ao certame, após atendimento da diligência constante do item “II-a” precedente e do disposto no art. 21, § 4º, da Lei n.º 8.666/1993;*

f) *encaminhe ao Tribunal cópia do edital republicado e demais documentos que julgar necessários, com vistas a comprovar o efetivo atendimento das diligências exaradas;*

IX. *dê ciência da decisão que vier a ser adotada às representantes (empresas Confiança Administrações e Serviços Eireli e G&E Serviços Terceirizados Ltda.);*

X. *autorize:*

c) *o envio de cópia deste Relatório/Voto e da Decisão que vier a ser proferida à SE/DF, a fim de auxiliar o cumprimento das determinações constantes do item III;*

d) *o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento – Seacomp/TCDF, para os devidos fins”.*

Na ocasião, o n. Conselheiro Márcio Michel pediu vista dos autos, tendo sido adiado o julgamento da matéria, nos termos da **Decisão n.º 6.387/2016** (e-DOC E10B2F2D-e).

Posteriormente, em 10.02.2017, estando os autos no Gabinete do i. Revisor, foi protocolizado nesta Corte pela empresa G&E Serviços Terceirizados Ltda. o documento intitulado “elementos adicionais – com pedido de reapreciação de medicação cautelar” (e-DOC F89598F4-c).

Na referida peça, a empresa Representante alega, em suma que:

- a questão trazida na representação, relativa à necessidade de que os atestados para habilitação técnica sejam relativos a mão de obra específica de manuseio de alimentos, não teria sido analisada pela Corte;
- os débitos do GDF com a empresa, referentes a contratações anteriores, devem ser quitados antes da abertura de novo certame;
- a SE/DF deve disponibilizar inventário dos equipamentos atuais que serão utilizados na prestação dos serviços, e o



edital deve exigir vistoria obrigatória pelos licitantes nos locais onde a mão de obras será alocada, para que as empresas possam elaborar as propostas adequadamente.

Em razão disso, entende a empresa G&E que o Tribunal deva deferir medida cautelar, determinando a suspensão da licitação até que a jurisdição se pronuncie sobre as citadas questões.

Verifico que à fl. 3 da sua novel petição, a empresa afirmara que o instrumento convocatório assim dispunha sobre o atestado a ser apresentado para comprovar a capacidade técnica dos licitantes:

*“No mínimo 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica, registrado no Conselho Regional de Administração (CRA) e ou Conselho Regional de Nutrição (CRN) em nome da licitante, expedido por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível, em características e quantidades com o objeto deste edital e Termo de Referência, com no mínimo 50% (cinquenta por cento) do efetivo previsto para cada lote que virá a concorrer, observadas as seguintes condições:”*

Todavia, após compulsar os termos da nova minuta do edital, juntada à peça 47 dos autos em **23.11.2016**, verifico que a SE/DF alterou os termos da exigência contida no item 11.1.3.b, que passou a ter a seguinte redação:

*“No mínimo 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica, registrado no Conselho Regional de Administração (CRA) e ou Conselho Regional de Nutrição (CRN) em nome da licitante, expedido por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível, em características e quantidades com o objeto deste edital e Termo de Referência, com no mínimo 50% (cinquenta por cento) de pessoa do efetivo com expertise em manipulação de alimentos previsto para cada lote que virá a concorrer, observadas as seguintes condições:”*

Assim, o instrumento convocatório examinado pela Corte na última assentada já atende exatamente ao ajuste peticionado pela Representante na peça inicial, não havendo que se falar em qualquer prejuízo à empresa por eventual ausência de manifestação do Plenário sobre a *questio*.

Sobre a suposta necessidade de que sejam pagos débitos do GDF com a empresa antes da abertura de novo certame, este Tribunal tem entendido que a violação da ordem cronológica de pagamentos não pode ser configurada pelo simples fato de haver nova licitação, tendo em vista que os pagamentos decorrentes do ajuste a ser celebrado não serão efetuados necessariamente antes de saldadas as dívidas apontadas pela Representante.

Adicionalmente, há de se ressaltar a relevância dos serviços alusivos ao Programa de Alimentação Escolar do Distrito Federal – PAE-DF para o sistema educacional distrital, registrando-se que a própria Lei n.º 8.666/1993 prevê exceção à regra geral de observância da ordem cronológica dos pagamentos, sem prejuízo de garantir aos credores a atualização dos valores devidos:



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

*“Art. 5º Todos os valores, preços e custos utilizados nas licitações terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, ressalvado o disposto no art. 42 desta Lei, devendo cada unidade da Administração, no pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, obedecer, para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, **salvo quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada.***

**§ 1º Os créditos a que se refere este artigo terão seus valores corrigidos por critérios previstos no ato convocatório e que lhes preservem o valor.**

(...)” (grifos acrescentados).

Assevera assinalar, ainda, que esta Corte avalia possível descumprimento pelo Governo do DF do disposto no art. 5º da Lei de Licitações e Contratos no âmbito do Processo n.º 34.860/2015.

Destaco, também, que na última reunião plenária (09.03.2017) foi prolatada a Decisão n.º 857/2017, no âmbito do Processo n.º 38.711/2016, tendo o Tribunal deliberado pela improcedência de duas representações que tratavam de matéria análoga (os representantes alegavam que restariam violados princípios da Administração Pública e dispositivos legais no prosseguimento do certame para contratação de serviços de vigilância sem que o Distrito Federal quitasse débitos com empresas que prestaram serviços de mesmo objeto em contratações anteriores).

Sobre a suposta precariedade de instalações e equipamentos que serão utilizados pela empresa vencedora do certame, o que ensejaria a disponibilização de inventário dos equipamentos que serão utilizados na prestação dos serviços pela SE/DF, e a exigência de vistoria obrigatória pelos licitantes nos locais onde a mão de obras será alocada, tenho que os argumentos aduzidos pela Representante não merecem prosperar.

Isso porque é a própria G&E Serviços Terceirizados Ltda. que presta serviços de manipulação de alimentos para a jurisdicionada desde 2012. E não havendo registro de insurgência de qualquer outra empresa interessada na licitação, não caberia à Representante, que tem pleno conhecimento do objeto, afirmar que a ausência das mencionadas condicionantes no edital prejudicaria a adequada formulação da proposta comercial para o certame.

Frisa-se, inclusive, que a empresa G&E sagrou-se vencedora do Chamamento Público n.º 01/2017, publicado no DODF de 16.01.2017, para contratação emergencial de empresa para prestação de serviços de manipulação de alimentos e preparo de refeições para o aporte operacional à execução do PAE-DF nas cozinhas próprias das instituições educacionais e unidades orgânicas da SE/DF, por um período de 180 (cento e oitenta) dias.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

Proc.:32.640/16-e

e-DOC D45259AA-e  
Proc 32640/2016-e

Consulta realizada pelo meu Gabinete no Siscoex/TCDF identificou a emissão da nota de empenho 2017NE00110, no valor de R\$ 1.685.218,27, tendo a Representante como credora.

Diante disso, cabe ao Plenário tomar conhecimento do documento de e-DOC F89598F4-c, protocolizado pela Representante, empresa G&E Serviços Terceirizados Ltda., considerando insubsistentes os argumentos ofertados.

A meu ver, tais argumentos já seriam suficientes para afastar a existência do *fumu boni iuris*, elemento essencial para a prolação de medida acautelatória.

Entretanto, a cautelar pleiteada deve ser considerada prejudicada, tendo em vista que **o Pregão Eletrônico n.º 14/2016-SE já se encontra suspenso** por força do item IV da Decisão n.º 5.786/2016.

Por fim, deve o Tribunal autorizar o retorno dos autos ao Gabinete do i. Revisor, Conselheiro Márcio Michel, para os fins escoimados na Decisão n.º 6.387/2016.

Ante o exposto, VOTO no sentido de que o egrégio Plenário:

- I. tome conhecimento do documento de e-DOC F89598F4-c, protocolizado pela empresa G&E Serviços Terceirizados Ltda., considerando insubsistentes os argumentos ofertados;
  - II. tenha por prejudicado o pedido de medida cautelar inserto no documento a que alude o item I;
- a) autorize:
- a) o envio de cópia deste Relatório/Voto e da decisão que vier a ser proferida à representante legal da empresa G&E Serviços Terceirizados Ltda.;
  - b) o retorno dos autos ao Gabinete do i. Revisor, Conselheiro Márcio Michel, para os fins escoimados na Decisão n.º 6.387/2016.

Sala das Sessões, 14 de março de 2017.

**INÁCIO MAGALHÃES FILHO**  
Conselheiro-Relator